

ATA DA 086ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Comenta a participação no movimento contra a desindustrialização do Brasil.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Aborda a realização do 2º Encontro da Fenabreve/SC, em Videira.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Repercute a audiência pública sobre a recategorização do arquipélago do Arvoredo.

DEPUTADO MANOEL MOTA - fala do Pacto por Santa Catarina e pede o apoio dos parlamentares para a realização da rodovia Interpraias.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Apoia a reivindicação do deputado Manoel Mota.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pede tratamento igualitário do ministério da Saúde aos três estados do sul do país.

DEPUTADO NILSO BERLANDA - Critica a falta de segurança para o comércio varejista.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Critica a atuação da Autopista Litoral Sul.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Destaca as audiências públicas realizadas para tratar da questão da segurança pública; ressalta a realização do 8º Festival Gastronômico de Pomerode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, participamos há aproximadamente 90 dias de um movimento contra a desindustrialização do Brasil, fato que vem preocupando todas as entidades representativas tanto do setor empresarial quanto dos trabalhadores.

Essas manifestações têm fundamento e prova disso é que a cada mês aumenta o ritmo da desaceleração da indústria, o que reduz de modo frequente e persistente a atividade industrial, ou seja, as empresas estão operando em, no máximo, 80% da sua capacidade.

Conseqüentemente nos maiores centros, como São Paulo, o desemprego já é uma realidade, pois estão acontecendo demissões por parte das empresas.

No início do ano se falava que o crescimento do Brasil seria de 4%; depois baixaram para 3% e até 2,5% e agora já falam em 2%. E a indústria, que é a alavanca do PIB, vem reduzindo cada vez mais a sua produção. Prova disso são os números apontados pelo IBGE, que mostram claramente que a cada mês há uma redução da atividade, bem como um baixo crescimento do PIB.

Há muito temos vidos falando que o Brasil precisa de reformas urgentes, a começar pela reforma político-partidária, com a unificação do calendário das eleições e com a redução de partidos. Depois dessa, temos que fazer as reformas estruturais: a tributária, a previdenciária, a trabalhista e a burocrática. O Brasil consome um número enorme de horas para fazer o trabalho burocrático, que é a impressão dos papéis para recolher impostos para a união, estados e municípios.

Se não reduzirmos o custo Brasil, continuaremos com grande dificuldade de crescer, de competir, principalmente no mercado internacional. Conseqüentemente, teremos menos empregos e geraremos emprego em países que têm mais condições de competir, a exemplo dos países asiáticos.

Mas o que vimos no Brasil são atuações pontuais, ou seja, ora se reduz impostos para o setor de autopeças, ora para a linha branca, ora para o setor têxtil, moveleiro, calçadista e assim por diante. Essas medidas duram determinado tempo e tem-se mostrado insuficientes para tornar o Brasil competitivo.

E quando falo em Brasil, estou incluindo todos os estados federados e todos os municípios. Se não forem feitas essas reformas para permitir que o Brasil tenha crescimento econômico e, conseqüentemente, recursos para investir, não reduziremos o custo Brasil. É preciso investir nas rodovias, nas ferrovias, nos portos e aeroportos; é preciso reduzir o custo da energia elétrica, principalmente nesse momento de crise na Europa e nos Estados Unidos.

Em Santa Catarina, em virtude de um financiamento da ordem de R\$ 3 bilhões, que serão maciçamente alocados no sistema viário, certamente nos próximos anos haverá uma condição melhor no sistema logístico, para automaticamente melhorar nossa competitividade.

Além do sistema viário, haverá investimentos na Segurança e na Saúde. Acredito que com esses recursos Santa Catarina se tornará mais

competitiva e a situação de muitas áreas que hoje estão deprimidas será amenizada.

Muito obrigado, se presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, uso a tribuna nesta manhã para fazer dois registros que atribuo de muita importância para o setor automobilístico de Santa Catarina, pois teremos, nos dias 19 e 20 de julho, na cidade de Videira, deputado Nilso Berlanda, o 2º Encontro Estadual da Fenabreve, que discutirá a política regional, o mercado do automóvel e suas tendências.

Eu deveria participar no dia de amanhã e desde já quero justificar a minha ausência, pois estou impossibilitado de deixar a Assembleia Legislativa pelo trabalho que ainda temos.

É um encontro muito importante, no qual o setor deverá discutir, além do momento político atual, também ações da Fenabreve, como a qualidade dos seus estoques. Outro tema que vai ser discutido e que acho muito importante é a contratação do menor aprendiz, pois esse é um papel importantíssimo que as empresas estão assumindo, a fim de que se possa despertar na nossa juventude o gosto pela atividade profissional.

Já participamos do primeiro encontro da Fenabreve e também de várias reuniões com a federação. Por isso, quero congratular-me com a direção da Fenabreve do Brasil e de Santa Catarina, pelo trabalho magnífico que vêm fazendo em nosso estado e para a nossa sociedade.

Fizemos, inclusive, há poucos dias, nesta Casa, o lançamento do 1º Prêmio de Jornalismo da Fenabreve em Santa Catarina, cujo tema é "Por um Trânsito mais Consciente". Trata-se de uma iniciativa louvável, que todos devem aplaudir e da qual devem participar os profissionais da imprensa, seja falada, escrita ou televisada. Teremos as categorias veículos, motocicletas,

bicicletas e pedestres e os vencedores receberão uma premiação tentadora: um Fiat Uno, uma moto e uma bicicleta.

É um concurso importantíssimo porque vai despertar no setor jornalístico a curiosidade e vai permitir que os profissionais façam constatações do que vem acontecendo e da importância da mídia na formação de uma mentalidade para um trânsito mais consciente.

Nós sabemos que hoje o trânsito é o maior matador em Santa Catarina. Somos o segundo estado do país em número de acidentes de trânsito! E por que a bicicleta e a moto? Se formos fazer uma análise, deputado Volnei Morastoni, as motos são as grandes causadoras dos acidentes. Essa é a constatação que foi feita. Liga-se a televisão e se assiste aos flagrantes de acidentes através do sistema de radares ou do sistema que fotografa o acidente na hora. É impressionante!

Acusam-se os motoristas de automóveis de não respeitar os motoqueiros, mas isso não é verdade. Em todos os acidentes a que assistimos, normalmente o motoqueiro confia muito na sua capacidade, mas esquece que está em cima de um veículo de duas rodas, que a qualquer hora pode derrapar e que a qualquer fração de segundo pode ser cair e sofrer um acidente.

Por isso é importante o trabalho da Fenabreve, que tem a preocupação de fazer com que os jornalistas também participem disso, pois o jornalismo é o grande impulsor, o comunicador em todos os sentidos, quer o rádio, o jornal ou a televisão, para que a nossa sociedade seja alertada de todo um problema que pode ser evitado.

Estiveram presentes naquela ocasião o vice-presidente da Fenabreve nacional, sr. Gláucio José Geara; o diretor-geral estadual, dr. Ademir Saorin; o diretor executivo, André Andrezza; demais autoridades locais da Fenabreve e deputados que participaram do lançamento desse programa tão importante, que é o 1º Prêmio de Jornalismo Fenabreve em Santa Catarina.

Quero cumprimentar a diretoria da Fenabreve de Santa Catarina e do Brasil e todos os seus membros

por essa iniciativa, que com certeza vai despertar os mais diversos setores da imprensa, que têm a finalidade de mostrar o quanto é importante advertir a nossa sociedade para procurar diminuir cada vez mais os acidentes.

Ontem, o deputado Antônio Aguiar fez daqui um pronunciamento abordando o problema do pedestre e do motorista. É uma coisa que preocupa muito, porque a partir do momento em que o pedestre tem intenção de atravessar a rua, mesmo numa área demarcada, ele tem que mostrar a intenção de fazê-lo. Isso está na lei, mas o motorista tem que estar atento, pois se a pessoa bota o pé no meio fio e mostra intenção de atravessar, o motorista tem que parar. Não existe uma placa "Pare" em cada travessia para pedestre. O motorista vai parar quando perceber que o pedestre quer atravessar a rua, ele tem obrigação de frear o seu veículo e parar para permitir a travessia do cidadão. Mas o pedestre também tem que ter a responsabilidade de sinalizar ao motorista que tem intenção de atravessar. Se ele mostrou, acenou, botou o pé no meio fio e o motorista vê que ele quer atravessar, ele tem que parar. Por isso, há responsabilidade tanto do pedestre quanto do motorista.

Quero mais uma vez congratular-me com a Fenabreve por essa iniciativa importantíssima, desejando-lhe sucesso no segundo encontro lá em Videira. Lamentavelmente não poderemos participar pelos compromissos que temos como parlamentar e como membro da Mesa Diretora, na qual ocupamos a Segunda-Secretaria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, hoje vou falar sobre um tema mais ameno, vou dar uma pausa nos temas da saúde para falar

sobre turismo, que é um tema mais agradável, mais ameno.

Deputado Nilso Berlanda, v.exa. participou comigo de uma audiência pública nesta Casa, proposta pela bancada federal, pelos deputados federais Rogério Mendonça e Esperidião Amin, para discutir sobre a recategorização da Reserva Marinha Biológica do Arvoredo para Parque Nacional Marinho do Arvoredo.

Foi uma audiência pública muito concorrida e até fiquei surpreso com a quantidade de participantes que lotaram o nosso Auditório Antonieta de Barros, dando mostras da importância do tema para a região da Amfri, da Grande Florianópolis e para Santa Catarina.

A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo foi criada por decreto nos três últimos dias do mandato do então presidente José Sarney, em 1990. É um verdadeiro santuário ecológico, com suas belezas naturais, com seus golfinhos, gaivotas, com o pouso de aves migratórias, sendo que nesta época do ano aparecem as baleias Franca e novas espécies de peixe.

A proposta é a de recategorização, a transformação de reserva biológica marinha para parque nacional marinho. E qual é a diferença e a importância dessa mudança?

Na audiência pública as opiniões se dividiram, principalmente entre pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina, da Univale e de outros centros de pesquisa que, naturalmente, querem manter aquele santuário ecológico apenas como uma reserva permanente, como uma reserva biológica, podendo ser visitada somente para pesquisas.

Entretanto, a transformação em Parque Nacional Marinho do Arvoredo não impede que aquele santuário continue sendo uma unidade de conservação e receba cuidados de preservação, mas abre alternativas de incentivo ao desenvolvimento do turismo e todas as demais ações correlatas.

Ao recategorizar de reserva biológica marinha para parque nacional marinho serão permitidas as visitas e o mergulho contemplativo àquele santuário, o que, com certeza, representará um

incentivo importante ao turismo de Bombinhas, Porto Belo e região, além de incrementar a instalação e a movimentação de hotéis, pousadas, restaurantes e comércio em geral. Ou seja, a própria cultura usufruirá dessa movimentação, da gastronomia etc.

Por isso, pessoalmente, fiz uma fala em defesa da recategorização e posso até dizer que majoritariamente essa proposta prevaleceu, muito embora tenha sido muito forte também as opiniões contrárias, querendo que aquele santuário ecológico fique permanentemente preservado em nome da biodiversidade, pensando no globo terrestre, no mundo.

Alegam aqueles que são contrários a essa recategorização que a movimentação dos barcos, das pessoas causará um barulho que, por si só, já seria suficientes para causar um desequilíbrio ambiental. Mas durante o debate ficou claro que será apresentado projeto de lei na Câmara Federal. Já houve outras proposições com esse objetivo, uma delas de autoria do deputado federal do PT, Vânio dos Santos, outra do então deputado federal Edison Andrino. Portanto, será a terceira vez que essa recategorização será proposta no Congresso Nacional, mas dessa vez ela contará com o apoio direto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, na elaboração do projeto, já que é o próprio órgão fiscalizador e controlador na Reserva Marinha do Arvoredo.

Tenho certeza de que será importante para o nosso estado esse avanço, essa conquista. E ficou muito clara a importância do desenvolvimento do turismo para o belíssimo município de Bombinhas. Inclusive, foi divulgado por esses dias em uma revista que Bombinhas é a cidade "onde a natureza inteira lhe sorri", pois é um verdadeiro paraíso ecológico, a Capital do Mergulho Ecológico e possui belezas indescritíveis e inúmeras praias, como, por exemplo, Bombas, Bombinhas, Ribeiro, Sepultura, Prainha, Lagoinha, Retiro dos Padres, Quatro Ilhas, Mariscal, Campo Grande, Conceição, Tainha, Zimbros e Morrinhos, além de belezas

extasiantes que orgulham Santa Catarina e a tornam um dos lugares mais belos do mundo, com certeza.

Ao mesmo tempo em que vamos cuidar, conservar, preservar todas essas belezas e esse santuário ecológico, também vamos possibilitar que os visitantes, através do turismo, possam usufruir dessas belezas e da prática do mergulho contemplativo.

Portanto, entendemos que, além das instituições públicas que já têm a responsabilidade da fiscalização e da preservação, os próprios visitantes, com certeza, também haverão de fiscalizar para que aquelas belezas naturais e aquele santuário ecológico continuem preservados como todos queremos. É assim no mundo todo e poderíamos citar inúmeros países do mundo - os exemplos foram apresentados na audiência pública -, onde as próprias escolas de mergulho se tornam também agentes da fiscalização e dos cuidados da conservação e preservação.

Portanto, quero reafirmar a importância da transformação do Parque Marinho Biológico do Arvoredo em Parque Nacional Marinho do Arvoredo, continuando a ser uma unidade de conservação com todos os cuidados que visam manter intocado ambientalmente aquele magnífico santuário ecológico do litoral catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Devido a um acordo entre o deputado José Milton Scheffer e o deputado Manoel Mota, usará da palavra, no horário do Partido Progressista, o deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense na manhã de hoje, gostaria de fazer alguns

registros importantes sobre o trabalho do Parlamento nos últimos dias.

Quero agradecer ao deputado José Milton Scheffer, que fez a troca do horário comigo para que eu pudesse continuar o trabalho que temos na Assembleia Legislativa e em Florianópolis.

Tivemos dias muito importantes para Santa Catarina. O nosso estado vai viver um momento muito importante da sua história na área administrativa, em função da administração de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Nós aprovamos nesta Casa um empréstimo de R\$ 611 milhões, num financiamento do BNDES, para realizar algumas ações importantes. Os governos, na verdade, não gostam de recuperar estradas porque isso não gera inaugurações e não há aquele choque administrativo, mas a recuperação é fundamental para Santa Catarina e para os catarinenses.

Catarinenses, quase R\$ 400 milhões serão investidos na recuperação das estradas já pavimentadas por toda Santa Catarina, aproximadamente 1.500km. O nosso estado é campeão em acidentes no Brasil, só perde para Minas Gerais. Mas se formos comparar o tamanho do estado temos mais acidentes aqui do que lá. Por isso os pontos mais críticos serão recuperados.

Também vão sair desses R\$ 611 milhões recursos para a contenção das cheias no alto vale do Itajaí, mais especificamente na região de Rio do Sul e de Blumenau. Além disso, R\$ 60 milhões foram destinados para o oeste de Santa Catarina, a fim de tratar da questão da estiagem, ou seja, o aproveitamento da água da chuva para garantir o que o produtor rural da região tenha água na época da seca.

E os investimentos não param por aí! Anteontem aprovamos nesta Casa, eminente deputado Joares Ponticelli, um empréstimo de R\$ 3 bilhões para Santa Catarina. Precisamos reconhecer a forma com que a presidente da República, Dilma Rousseff, vem tratando o governo do estado. Mas não podemos, por outro lado, esquecer que esses recursos não são a

fundo perdido, mas advêm de financiamento e que devem ser devolvidos.

Vamos fazer grandes obras em Santa Catarina com esses recursos, importantes obras de infraestrutura, mas o estado terá que pagá-los. Há uma carência de 18 anos para pagar, mas evidentemente tudo tem que ser pago. Os juros são baratos e ainda há a correção etc.

Então, eminente deputado Joares Ponticelli, quero pedir o apoio de v.exa., assim como o dos nobres deputados José Milton Scheffer, Dóia Guglielmi, Valmir Comin, José Nei Ascari e Altair Guidi, para que possamos realizar o sonho da população do sul de Santa Catarina, que é a construção das Interpraias. O governo já concordou em alocar recursos nas Interpraias dentro desses R\$ 3 bilhões. É uma obra que vai ligar Passos de Torres a Laguna e será o resgate daquela cidade histórica!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa. com muita honra, que só tem a contribuir.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Quero cumprimentá-lo pela pertinência do tema que v.exa. traz à tribuna na manhã de hoje e dizer que tem razão quando lembra que não está sendo praticada nenhuma generosidade com Santa Catarina. Nós estamos falando de um empréstimo! O governo federal está emprestando para o estado! É bem verdade de que as taxas de juros são bem menores do que aquelas que pagamos sobre a dívida consolidada.

O que queremos é que o governo federal, em primeiro lugar, reveja a taxa de juros que cobra da dívida dos estados, pois os juros são escorchantes; em segundo lugar, que distribua melhor o bolo, porque hoje 70% do se arrecada ficam nos cofres da união e somente 30% são encaminhados aos estados e municípios. E é nos estados e nos municípios que as pessoas vivem, sentem mais necessidades e precisam dessas obras.

Mas v.exa. tem razão, o dinheiro que está vindo tem juros mais baratos, é verdade. Nós precisamos, tanto que votamos a favor, desses investimentos para dar uma alavancada especialmente na região sul do estado, com todo o respeito que tenho por todas as demais. Mas é preciso lembrar que a nossa região sul e a serrana são as regiões economicamente mais deprimidas de Santa Catarina e nós temos que manter nosso estado como um estado equilibrado, desenvolvido no conjunto, no todo, pois não adianta ter uma região rica e outra pobre, porque os problemas da região pobre vão afetar a rica também.

Nós, no sul do estado, perdemos, pelo menos, uns dez anos de desenvolvimento por conta da não-duplicação da BR-101. Todos sabem disso, a população inteira, um milhão de habitantes sabe disso! Perdemos, ficamos para trás! Foram dez anos que causaram um rebaixamento, a ponto de ficarmos na pior situação econômica de todas as regiões do estado. Agora temos a obrigação de correr atrás do prejuízo.

A Interpraias é uma ação extremamente necessária para o nosso desenvolvimento, como também é o funcionamento, agora no segundo semestre, do aeroporto regional, que é uma ação que estamos esperando há 11 anos. Veja, a obra do aeroporto começou em 2001 e nós ainda não o temos funcionando. Agora que está acontecendo. As coisas para nós são sempre mais demoradas, mais difíceis.

Então, é preciso que alcancemos um bom quinhão desses investimentos, para que a nossa região possa recuperar parte do tempo perdido e equiparar-se às demais regiões de Santa Catarina.

Estamos juntos! Parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer a v.exa. e incorporar seu aparte ao meu pronunciamento.

Esse momento é decisivo na história do sul do estado. Se o governador mandar para esta Casa dez projetos para a região serrana, eu voto "sim" em todos, pois ela e a região sul são as mais deprimidas do estado. Eu considero que somos tratados na categoria "C", pois uma estrada que

normalmente levaria quatro anos para ser concluída, no sul leva dez e ainda não está pronta; um aeroporto, que precisaria de quatro anos para ser terminado, já faz dez anos e agora é que está sendo concluído; o porto de Imbituba teve que contar com o aporte de empresas particulares para melhorar o calado, porque o poder público não compareceu.

Sr. presidente, quero registrar a importante colaboração do empresário Cacaé Amorim, da Rede Amorim de Telecomunicações, que colocou a sua Rádio 102.9 e o seu jornal à disposição da campanha SC-100, Interpraias Já - Passo de Torres/Laguna. Agora começa a acender a luz verde para que tenhamos o desenvolvimento da região sul do estado.

Por isso, temos que colocar uma parte desses R\$ 3 bilhões no anel viário da região de Criciúma, que é fundamental para desenvolver toda a região. Para tanto devemos logo marcar uma audiência com o governador - os nove deputados representantes da região sul e serrana -, a fim de tentarmos recursos no sentido de melhorar a condição socioeconômica dessas regiões.

São Bento do Sul, deputado Silvio Dreveck, também deverá beneficiar-se, porque toda a região norte do estado é forte, mas o equilíbrio do estado é importante, é fundamental para Santa Catarina.

Quero dizer ainda que ontem também aprovamos o Revigorar IV, que deve arrecadar mais alguns milhões, de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões. Santa Catarina vai viver momentos importantes da sua história, eminente deputado Romildo Titon, v.exa. que foi um baluarte no comando da comissão de Constituição e Justiça, para que não houvesse distorções e para que fossem dadas condições para que o governo de Raimundo Colombo e Eduardo Moreira executasse com tranquilidade as suas ações visando às pessoas em primeiro lugar.

Eminente presidente, deputado Gelson Merisio, não esquecemos até hoje o compromisso do governo de colocar as pessoas em primeiro lugar. Essas ações, essas obras que estavam apenas no

pensamento foram colocadas em prática. As moradias populares que estão sendo feitas por aí afora demonstram o cumprimento do lema do governo. Quem recebe a chave de uma casa tem um sorriso na boca e uma lágrima descendo dos olhos.

Este Parlamento mostrou, deputado Romildo Titon, nesses últimos dias, competência, lisura e compromisso com o governo. Isso fez com que Santa Catarina possa transformar-se, se Deus quiser, num canteiro de obras, tudo sem mexer na fonte 100, para não comprometer o governo nem a máquina pública.

Acho que eu, que tenho 30 anos de vida pública, seis mandatos neste Parlamento, vivo o melhor momento da história da minha vida, porque sei o que significa a Interpraias. Nós vamos ter que devolver os recursos dessa obra, mas vamos ter como devolvê-los.

A Interpraias vai ligar Passo de Torres, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva e Morro dos Conventos, chegando ao Balneário Rincão, que foi emancipado e onde vai haver eleição. Também vai chegar a Jaguaruna, pois a Interpraias passará pelo aeroporto regional, o que significa uma grande possibilidade de desenvolvimento. Ainda vai chegar a Laguna, a cidade histórica de Santa Catarina, a cidade de Anita Garibaldi. Isso vai resgatar aquela cidade, que receberá mais de dez mil veículos/dia, podendo chegar a 15 mil veículos, o que significa muitos investimentos e desenvolvimento para toda a região.

Então, tudo aquilo que se discutia...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente e srs. deputados, quero, em nome do município de Praia Grande, que neste mês completa

54 anos de emancipação política, citar um trecho do seu hino, para prestar uma homenagem àquela população: "Praia Grande, terra exuberante onde verdejam plantações em flor. Teu chão oferta o fruto da semente. Teu povo oferta a luz, a paz e o amor."

Com essa citação de um trecho do hino, quero cumprimentar todos os cidadãos praiagrاندenses pelo aniversário de fundação do município, que ocorre hoje, e de emancipação, que ocorreu no último dia 21 de junho. É uma cidade importantíssima, que fica às margens do rio Mampituba, na divisa com o Rio Grande do Sul. Tem uma população ordeira, que tira da agricultura a sua riqueza e vem-se destacando a cada dia mais no desenvolvimento do turismo, explorando as belezas dos cânions, da serra.

Por isso, em nome da Assembleia Legislativa quero cumprimentar toda a população do município pela passagem do aniversário de fundação e emancipação.

Estamos encerrando nesta Casa o primeiro semestre com votações de projetos importantes, debates que aprofundaram ainda mais temas de interesse da sociedade catarinense, como ocorreu, na tarde de ontem, com a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Quero cumprimentar o relator, deputado José Nei Ascari, pelo grande trabalho que fez. Quero cumprimentar todas as lideranças que se envolveram na construção desse projeto. Quero agradecer o acolhimento da nossa emenda relativa à criação de mais núcleos no estado de Santa Catarina, sendo um deles na cidade de Araranguá, que inicialmente estava fora da relação. Mas o município de Araranguá foi incluído através de uma emenda acolhida na comissão de Constituição e Justiça, o que permite à população do extremo sul ter acesso a esse importante instrumento de defesa e de reivindicação dos direitos, principalmente as pessoas mais carentes.

Tenho muito orgulho de fazer parte do Parlamento catarinense, neste momento em que tratamos de projetos para o desenvolvimento do

estado. Santa Catarina começa uma nova forma de desenvolvimento, de gestão pública, em que o governo do estado lança um programa de desenvolvimento denominado Pacto por Santa Catarina, através do qual serão investidos mais de R\$ 50 milhões em obras estruturantes, em obras focadas no desenvolvimento social, na saúde e na prevenção de desastres climáticos, como as cheias no vale do Itajaí e a estiagem no extremo oeste.

Tenho muito orgulho de fazer parte do Parlamento neste momento da nossa história. Hoje estamos aqui propondo uma moção a ser enviada ao ministério da Saúde, em que solicitamos um tratamento igualitário aos demais estados do sul do país. Vejam que um cidadão catarinense está valendo, para o ministério da Saúde, menos que um cidadão do Paraná e do Rio Grande do Sul. Hoje o valor *per capita* que o ministério da Saúde repassa para Santa Catarina para atender um catarinense é muito menor do que o valor repassado ao Rio Grande do Sul para atender um gaúcho.

Temos visto fazerem, desta tribuna, muitas cobranças em relação ao atendimento do governo do estado à saúde, mas se esquecem de cobrar do governo federal uma atenção para Santa Catarina pelo menos igual aos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Hoje o governo do estado recebe do ministério da Saúde para atender cada cidadão catarinense R\$ 137,00 por ano, ou seja, R\$ 10,00 por mês, basicamente. O governo do estado do Paraná recebe para atender cada cidadão paranaense R\$ 160,00 e o governo do estado do Rio Grande do Sul, não se sabe por que razão, recebe R\$ 191,00 para atender cada gaúcho, ou seja, gaúchos e paranaenses valem mais do que catarinenses para o ministério da Saúde!

É importante e estamos propondo uma moção pedindo a igualdade no tratamento entre os três estados do sul e que pelo menos o *per capita* que o SUS passa para atender aos catarinenses seja igual ao que está repassa para o Rio Grande do Sul.

Por isso, as dificuldades que encontramos, às vezes, de leitos de UTI, de hospitais equipados,

de médicos. A razão está justamente na diferença estabelecida pelo ministério da Saúde entre catarinenses, gaúchos e paranaenses. O *per capita* denota uma discriminação do ministério da Saúde, do governo federal, com nossa população.

Dessa forma, ao encerrar este semestre estamos propondo uma moção pedindo igualdade de tratamento nas questões da saúde com relação aos demais estados do sul. E que o ministério da Saúde também abra credenciamento para novos leitos de UTI no estado de Santa Catarina, pois temos instalações prontas aguardando o referido credenciamento. Enquanto isso muitos catarinenses ficam aguardando muito tempo e chegam a ir a óbito por falta de leitos de UTI em nosso estado.

Esta semana mesmo acompanhei cidadãos do sul do estado aguardando por dois, três dias um leito de UTI para ser atendido...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Nilso Berlanda, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Quero cumprimentar o sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, e os demais deputados.

Concordo com o deputado Manoel Mota quando fala que a região serrana é uma das regiões mais pobres de Santa Catarina. O sul do estado precisa de recursos do estado, mas o planalto serrano é uma das regiões mais pobres de Santa Catarina e lá está o município mais pobre, que se chama Timbó Grande.

Na área da agricultura, quero fazer um relato acerca dos pequenos proprietários que criavam gado e que estão vendendo suas terras para fazer reflorestamento, deputado Moacir Sopelsa. Abandonam o interior, deixam suas casas, vão para as cidades, compram residências em bairros e para

poder sobreviver estão fazendo reflorestamento de pinus. Nesse tipo de reflorestamento você apenas pode vender de 15 em 15 anos. Não é como a agricultura, na qual há a oportunidade de, a cada ano, vender a produção e conseguir os recursos necessários à sobrevivência, ao pagamento das despesas.

As empresas do ramo de reflorestamento estão dando as mudas para que o pessoal possa fazer o reflorestamento. Não que não seja um bom negócio, mas é um negócio para 15 anos. Agora está sendo instalada uma das maiores indústrias de MDP e MDF naquela região, que se chama Berneck, que compra a madeira, mas compra num valor que, depois de 15, 16 anos, é um investimento que você faz para poder vender aquela madeira para poder pegar um dinheiro. Contudo, não garante renda até a venda para o sustento daquela família.

Mas o que me traz a esta tribuna é falar um pouquinho sobre a segurança do comércio varejista de Santa Catarina. Vejo muito o deputado Volnei Morastoni falando em saúde, vejo outros deputados falando em agricultura, mas eu gostaria de passar a minha preocupação com a segurança das lojas de varejo em Santa Catarina.

Srs. deputados, há alguns supermercados que estão contratando carro forte para buscar o depósito do dia nas suas lojas. Algumas lojas não conseguem fazer o depósito bancário, porque ao sair da loja, o funcionário está sujeito a ser assaltado.

Há 15 dias li uma reportagem acerca de uma determinada loja em Florianópolis que está abrindo suas portas somente para clientes conhecidos. Ou seja, o lojista fica dentro da loja olhando para ver quem está passando e decidir se abre ou não. Vejam que absurdo!

Infelizmente as seguradoras não fazem mais seguro para estabelecimentos comerciais. Há seguro para enchentes, para incêndios, para vendavais, mas não para assaltos. Existe restrição por parte das seguradoras em fazer seguro contra assaltos à mão armada durante o dia.

Um motoqueiro com um caroneiro chega à frente de um estabelecimento, entram, puxam a arma, apontam para o caixa e dizem: "Passa o dinheiro". Se houver cliente eles mandam ficar num canto e saem tranquilamente, pela porta da frente, embarcam na moto. A Polícia Militar é acionada, mas dois minutos depois não se encontra mais os assaltantes.

Já no período noturno, as vitrines com vidros blindados são alvos de pedras, que arrebentam tudo, disparam o alarme, é verdade, mas em dois ou três minutos entram roubam o que desejam e fogem. Em apenas três ou quatro minutos, sim!

Se a loja for de móveis, de eletrodomésticos, os ladrões procuram TV de LCD, computador, máquina fotográfica etc. e em cinco minutos levam R\$ 20 mil em mercadorias. O alarme toca, a polícia é acionada e faz a sua parte, mas os ladrões já estão longe. É feito o BO e a seguradora diz: "Pagamos somente R\$ 5 mil, no máximo!" E assim o prejuízo fica com o comércio varejista.

Vou conversar com o deputado Sargento Amauri Soares e nos próximos dias certamente faremos uma audiência pública com a secretaria da Segurança Pública, deputado Romildo Titon, para mostrarmos o grande problema que está sofrendo o comércio varejista em Santa Catarina. Isso acontece não somente na capital, mas também nas cidades do interior, onde a frequência é até maior porque existe o efetivo da Polícia Militar é pequeno.

Portanto, fica aqui o meu registro, a minha preocupação com a segurança dos estabelecimentos comerciais de Santa Catarina.

Era o que tínhamos para hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilso Berlanda.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, quero, neste momento, manifestar a grande indignação da população da minha região - Itajaí, Balneário Camboriú, Porto Belo, Itapema e Barra Velha, na BR-101 - pela forma desordenada, pela forma insensível, pela forma totalmente transtornada como a Autopista Litoral Sul está realizando o seu trabalho. O descontentamento é muito grande porque essa empresa simplesmente realiza os seus trabalhos de reparos, de sinalização e, muitas vezes, de obras, em qualquer horário, de qualquer forma, sem aviso prévio, causando muitos transtornos à população e a todos que se deslocam pela BR-101.

Neste último final de semana foi um festival de transtornos gerais na região de Balneário Camboriú, pois a Autopista Litoral Sul, como eu já disse, de forma abrupta, sem nenhum critério, de forma totalmente intempestiva, resolveu fechar vários acessos, alguns dos quais já existem há dez, 20, 30 anos e são utilizados costumeiramente pela população para sair ou para acessar a BR-101.

Em Balneário Camboriú, no sábado e no domingo, quando aumenta o volume de carros, até pela demanda turística da região, é simplesmente um absurdo, um disparate o que a Autopista Litoral Sul está fazendo. Se mudanças são necessárias, elas têm que ser feitas dentro de uma programação, com aviso, apresentando alternativas, porque isso não é possível, deputado Dado Cherem! V.Exa., que mora em Balneário Camboriú, deve ter sentido concretamente esse problema decorrente da forma como atua essa empresa, causando transtornos e descontentamento geral.

Mobilizações têm sido feitas durante toda esta semana, reuniões têm sido realizadas com muitas organizações, entidades e a prefeitura municipal, em Balneário Camboriú, culminando com uma importante reunião no dia de ontem, em Brasília, junto à ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Então, não é possível que uma empresa dessas, que tem a concessão dos serviços, aja de forma autoritária, de forma prepotente, sem ouvir

ninguém, sem considerar as ponderações, sem considerar as reclamações e as propostas que a população apresenta.

Não tenho aqui o detalhe dos encaminhamentos, mas, pelo que me consta, naquela reunião de Brasília com a ANTT foram tomadas várias decisões em relação a esse tipo de conduta dessa concessionária, que menospreza os transeuntes, porque uma condição como essa afeta todos, seja os motoristas, os carros, como também a população, os pedestres que trafegam pela BR-101.

Sr. presidente, o fechamento dos acessos às vezes isola comunidades, como a comunidade de Canhanduba, entre Itajaí e Balneário Camboriú, que tem que fazer um percurso enorme até Balneário Camboriú, local super movimentado, para poder fazer um contorno de retorno e ir para Itajaí.

Então, é simplesmente um absurdo, quando da noite para o dia, sem nenhum critério, de forma abrupta, de forma autoritária, de forma descabida, de forma prepotente, a Autopista Litoral Sul está a praticar esse tipo de atitude nos trabalhos relativos à BR-101.

Ao mesmo tempo em que denunciemos essa forma de trabalhar da Autopista Litoral Sul, também quero reportar-me às repetidas obras de reparo, de restauração da pista da BR-101 que estão sendo feitas. Num determinado trecho, ela faz uma restauração hoje e daqui a dois, três meses faz novamente. Suspeita-se até do uso de materiais de baixa qualidade!

No início do ano passado, em março, encaminhamos um requerimento à ANTT, ao DNIT e ao Ministério Público Federal relatando a suspeita de que a Autopista Litoral Sul estaria utilizando materiais de qualidade inferior nos reparos de restauração da pista. Sabemos que os lucros que essa concessionária obteve pela concessão da BR-101 são significativos, são altos. No entanto, deixa de realizar muitas melhorias. Por que postergar, adiar as obras?

Para minha surpresa, a resposta da Procuradoria da República ao meu questionamento diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]

Por fim, em 30/03/2011, o Ministério Público Federal em Itajaí recebeu mensagem do Deputado Volnei Morastoni acerca da necessidade de bem fiscalizar as obras de reparo na BR-101, bem como sugestão para que elas sejam feitas à noite, a fim de minimizar os transtornos.

Foram prestadas informações pela Autopista Litoral Sul bem como pela ANTT e o feito merece ser arquivado."

Porque, na verdade, já havia recebido outras reclamações dessa natureza e o promotor procedeu da mesma forma, ou seja, apenas ouviu a Autopista. E é lógico que a empresa vai dar as informações que lhe interessam. Mas quero que seja determinada uma auditoria e fiscalizações técnicas para de fato comprovar aquilo que a Autopista está dizendo.

(Continua lendo.)

"Tal como já havia dito a fls. 06, os reparos na rodovia são necessários e quando acontecem causam transtornos a todos os usuários. Acrescentem-se a isso as explicações dadas pela Autopista Litoral Sul e pela ANTT, que reputo satisfatórias.

Por último, não há mínimo indício de que eventual obra realizada o foi de maneira insatisfatória ou defeituosa."[sic]

É óbvio que a Autopista Litoral Sul ao ser ouvida dá as respostas que lhe interessam, mas quero saber se os órgãos competentes vão executar a devida fiscalização e a comprovação desses materiais utilizados, porque não é possível que um reparo feito hoje, dentro de pouco tempo já tenha que ser feito novamente. Só poder ser porque o material utilizado não é da qualidade técnica devida.

Então, esses transtornos se somam às outras atitudes da Autopista Litoral Sul e não é possível que continue agindo dessa forma prepotente, indevida e descabida como vem fazendo até agora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Gilmar Knaesel, a quem concedo a palavra por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, srs. deputados, imprensa, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicialmente quero pegar uma carona no brilhante discurso do deputado Nilso Berlanda, que falou sobre a questão da segurança pública.

Eu, que tenho a missão de presidir essa comissão nesta Casa, quero dizer que estamos fazendo um grande raio X da segurança em nosso estado, através de dez audiências públicas regionais. Já realizamos sete, vamos para oitava, que será em Joinville. Depois iremos a Blumenau e Rio do Sul e com isso teremos condições de preparar um grande relatório para extrair as principais ações que precisam ser desenvolvidas no combate à violência em nosso estado.

V.Exa. citou o exemplo do crescimento dos assaltos, principalmente ao setor varejista de Santa Catarina, praticados nas pequenas, médias e grandes cidades, quer dizer, já não há mais uma área específica de atuação dos criminosos. Esse aumento da criminalidade está vinculado à questão das drogas, isso ficou claro nas nossas audiências públicas, e a grande dificuldade é, sem dúvida, a falta de pessoal, tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar.

Precisamos adotar providências nesse sentido. Houve, é claro, melhorias, como, por exemplo, o aumento do número e da qualidade dos equipamentos, mas a falta de pessoal é, sem dúvida, o grande problema da Segurança Pública de Santa Catarina.

Sendo assim, queremos buscar parcerias, pois a responsabilidade da segurança não é apenas do Poder Executivo, que faz a gestão, mas também dos Poderes Legislativo e Judiciário e da Promotoria de Justiça. Além disso, a sociedade como um todo deve envolver-se no combate à criminalidade que é, sem dúvida, um dos grandes problemas da população catarinense.

Gostaria de cumprimentar v.exa. pelo testemunho e dizer que realmente esse tema é preocupante e precisamos agir. Recentemente foi criado o Fórum Nacional das Comissões Permanentes da Segurança Pública, tendo ocorrido uma reunião em Belo Horizonte, que contou com a representação do deputado Sargento Amauri Soares. Precisamos criar um sistema de informação, de troca de experiências e sugestões entre as Assembleias Legislativas do Brasil, porque esse é um tema nacional.

Gostaria de falar ainda que o PSDB, findo o prazo para homologação das candidaturas a vereador, vice-prefeito e prefeito de Santa Catarina, está totalmente organizado para as eleições municipais. O número de candidatos do PSDB que disputarão as vagas a vereador é de aproximadamente 1.700, distribuídos em todos os municípios de Santa Catarina; a vice-prefeito temos 85 candidatos e a prefeito, 74.

É uma boa estrutura. Não é a ideal, tendo em vista a força que tem o nosso partido, mas é a possível, deputado Dado Chereim, dentro das nossas dificuldades que ocorreram ao longo dos últimos tempos. Mas quero dizer que com essa força de candidatos e candidatas estamos indo às urnas nas eleições municipais fazendo com que o PSDB cresça em número de prefeitos, vice-prefeitos e, principalmente, de vereadores.

Precisamos dar apoio aos nossos candidatos e nossa bancada está atenta, todos os seis deputados estaduais, com certeza, deram a sua contribuição para o lançamento dessas candidaturas e agora, durante a campanha, vão continuar dando.

Por último, dentro do tempo que ainda me resta, gostaria de registrar mais um grande evento turístico e cultural que está acontecendo na minha cidade, Pomerode, que se tem destacado muito nos últimos anos pelo desenvolvimento do turismo, dentro do olhar cultural e esportivo, através de grandes eventos, como o Festival Gastronômico, criado há cinco anos e já consolidado.

Muitos turistas procuram a cidade nesta época, principalmente pela qualidade do evento, em que

inúmeros restaurantes estão apresentando os seus principais pratos da gastronomia típica alemã, consolidando Pomerode como um polo gastronômico que vem crescendo nos últimos anos.

O Festival Gastronômico de Pomerode teve início na terça-feira e estender-se-á até domingo. Quem se dirigir àquela cidade nos finais de semana dificilmente vai encontrar restaurantes que não tenham uma pequena fila de espera, de tão grande que é o fluxo de pessoas que procuram Pomerode como polo gastronômico.

Quero cumprimentar a prefeitura municipal, através do prefeito Paulo Mauricio Pizzolatti e da vice-prefeita Gladys Dinah Siewert Knaesel, que é a grande responsável pela criação desse evento. Ela foi secretária de Turismo durante várias administrações e a grande responsável pelo desenvolvimento turístico de Pomerode. Por isso, mais uma vez está coordenando, juntamente com a secretaria de Turismo, esse importante evento.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente, e agradeço a sua paciência e por ter-me concedido este espaço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0344/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; e 0345/2012 e 0346/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos também que estão deferidos os Requerimentos n.s: 0709/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0710/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0711/2012, 0712/2012 e 0713/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0714/2012, 0715/2012, 0716/2012, 0717/2012, 0718/2012 e 0719/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0720/2012 e 0721/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0723/2012 e 0724/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; e

0725/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 0722/2012, de autoria do deputado Manoel Mota e outro(s), que requer a constituição de Fórum Parlamentar Permanente em Defesa da Rodovia Interpraias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0043/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada aos bailarinos e aos professores Marco Aurélio Cruz Souza e Ivana Vitória Deeke Fulmann, da Furb, parabenizando-os pela conquista de quatro prêmios ao representar o Brasil no maior festival folclórico da Europa, o Eurofolk 2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0044/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando a revisão no valor repassado pela tabela do SUS para Santa Catarina, com o objetivo de igualar o teto por habitante entre os estados do sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0062/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando informações ao secretário da Fazenda sobre o valor da dívida pública contratual interna e externa no período de 1980 a 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0063/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, solicitando informações ao secretário da Fazenda sobre as empresas que foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Prodec para receber a concessão de incentivo fiscal no período de 2010 até julho de 2012, bem como os valores que cada empresa beneficiada recebeu.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Presidência informa aos srs. deputados que a próxima sessão ordinária desta Casa será no dia 7 de agosto, levando em consideração o calendário especial proposto e cumprido anteriormente.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina.

Está encerrada a sessão.